

# Perda de direitos afeta mais as pessoas “sem voz”



JOSÉ MANUEL MENDES ganhou Prémio Análise Social com artigo sobre pessoas “sem voz”

De acordo com o investigador da Universidade de Coimbra José Manuel Mendes, a perda de direitos afeta mais as pessoas que não estão inseridas em redes sociais.

Com a perda de direitos as pessoas “sem voz” correm cada vez mais perigos. A conclusão é do professor universitário José Manuel Mendes, autor do artigo “Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do ator-rede”, vencedor do Prémio Análise Social de 2011.

Segundo o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, as pessoas “sem voz” são aquelas que não estão inseridas em re-

des sociais e que por isso não têm quem as represente.

O exemplo mais flagrante desses casos será o dos idosos que morrem sozinhos em casa em Portugal. “Os idosos não têm ninguém que os insira nas redes”, frisa, salientando que a situação se torna mais gravosa por não ser visível à sociedade.

Os sem-abrigo, por exemplo, que também se inserem num grupo de pessoas “sem voz” são muitas vezes alvo de cobertura por parte dos

meios de comunicação social, por estarem nas ruas à vista de quem passa.

José Manuel Mendes considera que o isolamento da população é consequência da “lógica mercantil de que as pessoas têm que dar um contributo para a sociedade”.

Para o investigador, a comunicação social tem um “papel muito importante”, porque é ela que traz estes assuntos “à ribalta”.

Os direitos dos negros nos Estados Unidos da América nunca teriam sido alcançados se a comunicação social não tivesse dado projeção ao discurso de Martin Luther King, salienta.

No entanto, para que os problemas da sociedade cheguem à comunicação social é fundamental, na opinião de José Manuel Mendes, que as pessoas se façam representar, até porque a agenda dos meios de comunicação é cada

vez mais marcada pela agenda pública.

Nos debates sobre a crise, por exemplo, diz que os desempregados foram abordados “como um todo”, precisamente porque são um grupo sem representante.

A situação ideal, segundo José Manuel Mendes, passaria pela criação de “mecanismos” que permitissem que todas as pessoas estivessem representadas, mas isso, admite, seria uma “utopia”.

A Igreja costumava assumir um papel de porta-voz desses grupos, mas o investigador frisa que isso não tem acontecido nos últimos tempos.

## LÍDERES SEM VOCABULÁRIO

Falta em muitos casos vocabulário aos representantes de determinados grupos e não faltam exemplos.

“As pessoas têm redes, mas os líderes não têm capacidade para ter um discurso que os represente”, salienta.

Os sindicatos, diz José Manuel Mendes, não inovaram no vocabulário que utilizam.

Segundo o professor estes fenómenos são justificados com as mudanças na sociedade, que segue cada vez mais uma “lógica de competição” e com a “precarização dos direitos”, que afeta mais as pessoas “sem voz”.

Outro exemplo que o investigador utiliza é o dos estudantes universitários que perderam bolsas de estudo.

“Onde é que estão os protestos? Onde é que estão os representantes dos estudantes?”, questiona, acrescentando que não se manifestam porque “interiorizaram que é um luxo ter bolsa”. □

## Estado Português construído sem prática de responsabilização

De França chegam exemplos em que associações se juntam para dar voz a quem, por norma, não teria visibilidade, segundo o investigador José Manuel Mendes.

“Há movimentos específicos que representam os desempregados e os sem abrigo”, salienta.

Contudo, em Portugal a situação é distinta. “A história dos países é diferente”, justifica, acrescentando que França tem uma longa tradição de

protestos.

Por cá, cerca de um milhão de pessoas não tem representante.

Para além das associações, França tem também um Estado que responsabiliza os seus órgãos de poder, ao contrário do que acontece em Portugal.

Durante uma vaga de calor, em que morreram vários idosos em França, foi criada uma lei que obriga os presidentes de câmara e prefeitos

a fazer o recenseamento dos idosos que viviam sozinhos e a segui-los.

Também nos Estados Unidos da América é incutida essa responsabilização.

Um mayor foi condenado, em 1995, pela morte de idosos que viviam sozinhos, em Chicago, o que em Portugal seria impensável.

“Nos Estados Unidos cabe ao Estado zelar pela segurança das pessoas”, frisa José Manuel Mendes. □